

Universidade Federal de Campina Grande

Centro de Formação de Professores – Cajazeiras – PB

Departamento de Educação

Curso: Pedagogia

**A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais
na Escola regular e a pratica docente: Modificações legais e
reais.**

Joelma Pereira Bezerra

Maria do Socorro Rodrigues



B574i Bezerra, Joelma Pereira.
A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na Escola regular e a pratica docente: modificações legais e reais / Joelma Pereira Bezerra; Maria do Socorro Rodrigues. - Cajazeiras, 2003.
29f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2003.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Educação especial. 2. Educação Infantil. 3. Pratica de ensino. 4. Inclusão escolar. I. Rodrigues, Maria do Socorro. II. Souza, Nádia Jane de. III. Universidade Federal de Campina Grande. IV. Centro de Formação de Professores. V. Título

CDU 376

Joelma Pereira Bezerra
Maria do Socorro Rodrigues

**A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais
na escola regular e a prática docente: Modificações Legais e
Reais.**

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Pedagogia do Centro de formação
de Professoras - CFP/ UFCG, como
requisito final para aprovação da disciplina
Estágio Supervisionado em Supervisão
Escolar, sob a orientação da professora
Nádia Jane de Souza.

Cajazeiras - PB

2003.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos propicia e oferece oportunidades de aprendizagens, de esclarecimentos e de evolução espiritual para que possamos viver plenamente os encontros e reencontros nesse plano existencial.

Aos nossos pais, aos nossos esposos e companheiros, e, aos meus irmãos que contribuíram de maneiras diferenciadas, mas todos com muita compreensão em aceitar os momentos de renúncia, os quais foram dedicados ao propósito de concluir este trabalho.

As professoras Francisca Braga de Lina, Marlene Cipriano da Silva e Maria Sandra Batista da Fonseca, que dedicaram algumas de suas horas, para trabalhar conosco sobre a temática da inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na escola regular.

As orientadoras Darticléia Moreira da Silva e Nádia Jane de Sousa que dividiram seus conhecimentos no intuito de esclarecer dúvidas e fornecer informações que muito nos ajudaram na conclusão desses estudos.

A todos que direta ou indiretamente, auxiliam de maneira positiva para a concretização dessa monografia.

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.

(Paulo Freire)

Sumário

Introdução.....	01
I - Referencial teórico.....	05
II - Referencial Metodológico.....	11
III - Inclusão:	
3.1. Inclusão: Um tema desconhecido.....	13
3.2. Estudos sobre a inclusão na Escola Regular.....	21
IV - Considerações Finais.....	25
V - Referências Bibliográficas.....	27
Anexos	29

INTRODUÇÃO

A proposta de educação inclusiva vê a Escola como um espaço aberto às diversidades, sem distinção de raça, cor, gênero e respeitando as diferenças individuais.

Entre essas diferenças, temos os alunos portadores de necessidades especiais, que por lei, tem o direito ao acesso a uma escola regular.

Entender esse processo inclusivo nas escolas regulares é antes de mais nada compreender que a educação especial:

É um processo de desenvolvimento global das potencialidades, de pessoas portadoras de deficiência, conduta típica ou de altas habilidades e abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. (MAZZOTA, 1996:117).

Esse processo de inclusão foi amplamente discutido na Conferência Mundial para Todos (1994), a qual teve como referência a Declaração de Salamanca, Espanha no ano de 1994.

Segundo dados da UNESCO, cerca de 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, no entanto, ainda estão fora da escola e da vida ativa da sociedade 15 milhões de brasileiros.

Pensando sobre acesso de crianças portadoras de necessidades especiais na sociedade, tendo a escola regular, como uma instituição direcionada para a inclusão, surgem em nós algumas indagações.

Como explicar a dificuldade que tivemos em encontrar crianças portadoras de necessidades especiais nas escolas regulares do nosso município? Será que essas crianças se encontram no interior das escolas e nem sequer são percebidas como portadoras de necessidades especiais? E as escolas, estão preparadas para atender as crianças que surgem com tais necessidades?

Desse modo, buscamos compreender através desses estudos, a postura da escola regular frente aos alunos portadores de necessidades especiais, entendendo que a prática escolar tem um papel fundamental na aquisição de conhecimentos e na possibilidade de

transformações contribuindo assim na formação de indivíduos conscientes e dignos de terem seus direitos respeitados.

Portanto, é dever da escola ser inclusiva, no sentido de atender a todos os alunos, respeitando suas diferenças e particularidades, cabendo a mesma oferecer meios que possibilite uma verdadeira inclusão, pois:

“... para que uma criança “especial” possa ser “incluída” numa situação em que todos a sintam mais “normal” e em que sua auto-estima seja aumentada, em que se desenvolva relações interpessoais e interações com todos os seus pares (com ou sem dificuldades especiais) tem de se estruturar e desenvolver estratégias adequadas devidamente planejadas. (Mc- MAMARA e MARETON-1993:3).

Segundo a Lei nº 7.853/89, que trata da inclusão de crianças com necessidades especiais, a escola regular é o espaço que deve oferecer ao aluno diversas possibilidades de ser útil e capaz de estar no mundo social, com seus direitos sendo vivenciados.

“ As escolas regulares que possuem a educação inclusiva constitui os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma educação para todos”. (Declaração de Salamanca, 1994,p.1)

Sabemos que a escola regular, está devidamente legalizada para inserir no seu quadro de alunos, as crianças portadoras de necessidades especiais. Entretanto, observar-se que não ocorrem alterações visíveis, tanto que, geralmente a proposta pedagógica das escolas pouco ou nada enfatizam o aspecto inclusivo, haja visto que até mesmo a família de portadores especiais, já se dão por satisfeita só ter seu filho aceito numa escola regular.

Esses pontos acima abordados evidenciam que a escola, embora íntegra o aluno ao meio educativo, não dispõe em grande número de estrutura física e orientação didática que favoreça realmente uma prática pedagógica inclusiva, transparecendo com isso uma prática de exclusão inserida no próprio ambiente escolar.

Uma inclusão pedagógica e social, requer qualificação dos profissionais envolvidos e acima de tudo um ambiente que propicie diversas possibilidades para o crescimento global das crianças com necessidades especiais, de acordo com a resolução de nº 2, de 11 de novembro de 2002.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento ao educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (Art.2º, Diretrizes Nacionais para Ed. Básica Especial).

No entanto a inclusão vai muito mais além do que uma regulamentação de uma lei, isto porque as crianças portadoras de necessidades especiais precisam de várias possibilidades para evoluir e superar seus limites, podendo assim ser, ou sentir-se um membro integrante da sociedade em que vivemos e para isso seria ideal uma educação inclusiva.

A educação inclusiva implica um processo contínuo da melhoria da escola, com fim de utilizar todos os recursos disponíveis especialmente os recursos humanos, para promover a participação e aprendizagem de todos os alunos, no seio de uma comunidade. (AINSCOW-M-1999).

Após leituras mais efetivas sobre a inclusão, fomos adquirindo mais subsídios, maior segurança em abordar essa problemática. Pensando nisso, e buscando desenvolver

um trabalho de observação e análise direcionado ao campo educativo de modo específico, a escola como instituição preparada para tais atributos, é que questionamos: Quais alterações ocorreram na prática docente a partir da implantação da Lei 7.853/89, referente a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais nas escolas regulares? Mesmo a escola regular permitindo o acesso dessas crianças será que realmente acontece a inclusão? A educação é acessível, de qualidade, de direitos iguais ou se na prática o que temos é apenas um espaço que permite o acesso? A formação do profissional e a estrutura física da escola favorecem a inclusão?

Mediante os questionamentos acima, os nossos estudos buscará compreender e analisar a relação existente entre a obrigatoriedade da Lei 7.853/89, que trata da inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular e as alterações ocorridas na prática docente, bem como, identificar elementos teórico-metodológico na formação e prática docentes, que indiquem as modificações ocorridas a partir da implementação da lei que trata da inclusão.

Portanto, nosso trabalho consta de três partes. A primeira parte trata-se da fundamentação teórica, que aborda a trajetória história da educação especial no Brasil, a sua evolução, as campanhas, os decretos, o surgimento das leis, as discussões acerca da inclusão, os questionamentos sobre a postura e a prática de uma escola inclusiva, e, finalmente a qualificação necessária dos profissionais para atuarem nessa nova proposta de educação.

A segunda parte do trabalho, está direcionada a metodologia, aos procedimentos que iríamos utilizar na observação dessa prática da inclusão na sala de aula com crianças portadoras de necessidades especiais na escola regular.

Finalmente a terceira parte do nosso trabalho de pesquisa almeja fazer uma aproximação, embora superficial, já que trata-se de um estudo realizado apenas com quatro professoras, de uma única escola, sobre educação inclusiva. Por fim, pretende também, servir de ponto de reflexão para as professoras, assim como nós, de repensarmos com relação ao nosso trabalho inclusivo, que meios utilizo para favorecer a inclusão em minha sala de aula, se estou contribuindo para o desenvolvimento social e efetivo, utilizando o respeito e favorecendo a permanência do(a) outro(a) no espaço escolar.

Capítulo I

1-Referencial Teórico

A educação especial no Brasil obedece uma trajetória, que se iniciou no século XIX e foi se desenvolvendo até os dias atuais. Toda essa evolução abrangeu dois grandes períodos: o primeiro período marcado pelas iniciativas oficiais e particulares isoladas, caracterizada pela fundação do primeiro Instituto de Cegos Brasileiros, sendo oficializado pelo Imperador Dom Pedro II na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda nesse contexto de desenvolvimento inicial de Educação Especial, aconteceu a fundação do primeiro Instituto Imperial dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, determinado pela Lei 839 de 26 de setembro de 1857. Os referidos institutos tinham como objetivo o desenvolvimento da educação literária, assim como também uma formação profissionalizante.

Os trabalhos científicos e técnicos só foram enfatizados em 1900 com a apresentação da monografia do Dr. Carlos Eira, que tinha como título "Da educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas", fato esse que veio abrir caminhos para a publicação de vários trabalhos sobre a educação de deficientes mentais.

Em 1950, primeira metade do século XX, o Brasil já contava com quarenta estabelecimentos de ensino regular, mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais.

O segundo período compreendido de 1957 a 1993, tratava das iniciativas oficiais de âmbito nacional, caracterizando-se pelo atendimento educacional aos excepcionais assumido de forma explícita pelo governo federal, criando as campanhas para a efetivação desse atendimento, entre os quais citaremos as mais importantes nesse processo: Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, instituída pelo decreto federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957; Campanha Nacional de educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, regulamentada pela portaria nº 477 de 17 de setembro de 1958; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes mentais, instituída em 1960, pelo Decreto nº

48.961, de 22 de setembro. As duas últimas campanhas foram extintas, após a criação do Centro Nacional de Educação Especial, pelo decreto 72.425 em 3 de julho de 1973, no governo do presidente Emílio Garrastazu. O referido centro tinha a finalidade de promover em todo território nacional a expansão e melhoria do atendimento ao excepcional.

Com a criação do CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) foram extintas a Campanha Nacional de Educação de Cegos e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes mentais.

Somente em 29 de outubro de 1975 é que o CENESP teve sua organização, competência e atribuições estabelecidas no regimento interno assinado pelo ministro Ney Braga.

Em 15 de dezembro de 1981, a portaria nº 696, aprovou um novo regimento interno, para o CENESP, revogando o anterior.

Em 1986 o órgão foi transformado na Secretaria de Educação Especial – SESPE. Até a Constituição Brasileira de 1988 a educação especial não havia sido compreendida como um processo destinado a clientela da educação especial, o termo inclusão era algo distante. Textos oficiais federais exaltavam uma ação integradora que ignorava o fato de uma pessoa portadora de deficiência, de conduta típicas ou de altas habilidades necessitasse de uma educação específica. Em 1990 foi reestruturado o Ministério da Educação, ficando extinta a SESPE.

No final de 1992 houve uma reorganização dos ministérios. Reapareceu a Secretaria de Educação Especial – SESPE, como órgão específico do Ministério da Educação e do Desporto.

A trajetória da educação especial no Brasil deu continuidade com o surgimento de Leis e entre elas, destacaremos a Lei nº 4.024/61. Segundo MAZZOTA, no artigo 88 dessa lei, especifica que os excepcionais para se integrarem na comunidade é necessário que a educação seja de acordo com o sistema educacional previsto para todos de modo geral.

A referida lei esclarece que todas as pessoas portadoras de necessidades especiais não poderiam ficar sem assistência educacional, porém era necessário que essas pessoas se adaptassem ao sistema educacional e não o sistema se adaptar de forma a atender as necessidades desses indivíduos. Integrar um portador de necessidades especiais no sistema de ensino era, não negar a ele seu ingresso na escola, porém a escola não poderia atendê-lo.

satisfatoriamente, visto que a mesma não se dispunha a modificar sua prática política-pedagógica

No entanto, no Brasil que tratava das diretrizes básicas que determinavam a ação integrada do atendimento aos excepcionais, a Portaria Interministerial nº 477, do ano 1997, definia que:

O atendimento educacional, como competência do MEC através do Centro de Educação Especial em ação integrada com outros órgãos do setor de educação, é caracterizado como seguindo uma linha preventiva e corretiva.

O atendimento ao excepcional, se caracterizava mais no sentido clínico-terapêutico do que no sentido pedagógico propriamente dito.

Em 1994, na Conferência Mundial de Educação especial, em Salamanca, Espanha, a Educação Especial começava a perder o caráter excludente. Novos horizontes começavam a surgir no sentido de se efetivar uma educação inclusiva, onde houvesse um processo organizado, que todas as pessoas sem exceções fossem incluídas no sistema regular, tendo o direito a participar e desenvolver sua aprendizagem.

Antes, porém será necessário definir Educação Inclusiva e suas implicações, que assim foram estabelecidas:

*A educação Inclusiva implica um processo contínuo de melhoria da escola, com o fim de utilizar todos os recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos, no seio de uma comunidade local. (Salamanca, 1995
- Word 6.0/95KB)*

Mas, como acontece essa educação inclusiva, quais fundamentações sustentam esse objetivo de construir uma sociedade mais justa que respeite e valorize as diferentes condições físicas, psíquicas, mentais, culturais e econômicas de todas as pessoas, oferecendo assim concretas possibilidades de participação social.

Sabemos, incluir não significa apenas permitir o acesso de crianças com necessidades especiais na escola regular, mas sobretudo oferecer condições de crescimento pessoal, social e afetivo, existindo com isso uma distinção entre integração e inclusão, como vemos:

A integração é um processo em que a pessoa com deficiência vai ser capaz de participar da sociedade do jeito que está. Já a educação inclusiva é uma proposta de tornar a educação acessível a todas as pessoas. Propõe uma educação de qualidade para todos, não exclui ninguém sob nenhum pretexto. (SASSAKI, 1999:36).

Essa nova concepção requer da escola condições de atendimento para essa perspectiva social, tanto no aspecto da estrutura física como no aspecto pedagógico dos profissionais envolvidos na área.

Entretanto, dados oferecidos pelo último censo escolar registram uma outra realidade das escolas:

... as escolas, em geral, estão desparelhadas para esse tipo de atendimento, e os professores não estão habilitados para lidar com essas crianças, uma vez que até recentemente, não conhecia como sua a responsabilidade de educar crianças com necessidades especiais (Plano Nacional de Educação Censo Escolar – 2000)

Importante destacar que o termo “necessidades especiais” refere-se a todas aquelas crianças e jovens cujas necessidades especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Mas, para os estudiosos dessa temática o termo (necessidades especiais), já está discriminando as crianças, deixando-as em evidência, como está acentuado por Oliveira (2001:6) que afirma:

A rotulação dos alunos é prejudicial, incluindo o rótulo de "aluno com necessidades especiais" (fazendo com que os próprios alunos baixem os seus níveis de auto-estima e permitindo que os outros elementos do grupo ou da sociedade os vejam como marginais e estranhos).

Outro ponto bastante discutido, refere-se a escola regular, como um dos principais meios para uma inclusão social, já que nesse espaço apresenta-se alunos de inúmeras realidades, e com suas respectivas possibilidades e limitações. Isto favorece a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Toda essa diversidade requer da escola uma qualificação que atenda essa demanda, podendo dessa forma favorecer uma troca de conhecimentos, vivência e respeitando acima de tudo as diferenças individuais. Nesse sentido, critica-se a existência das escolas ditas especiais, segundo Dessent (1987:97):

As escolas especiais não têm o direito de existir. Elas existem por causa das limitações das escolas regulares em atenderem um complexo leque de capacidade e incapacidade entre os alunos(...) Mesmo uma super bem organizada escola especial, que garanta maior qualidade curricular e educacional aos seus alunos, não tem o direito de existir se essa mesma educação pode ser garantida numa escola regular de via comum.

Percebemos que a urgência em oferecer uma educação inclusiva, principalmente, de acordo com a implementação da Lei 7.853/89, que possibilita a inclusão de crianças portadoras de necessidades na escola regular, requer da escola uma prática educativa voltada para essa nova proposta da educação. Isso necessita de esforços e uma busca constante, tanto no aspecto jurídico como no cumprimento, ou seja na prática de execução dessa lei

Caso contrário, será um marco de trajetória inclusiva apenas no papel, como tão bem coloca a pesquisadora e consultora técnica em educação especial (1999/17):

“O grande desafio é, portanto, identificar o modo mais seguro de lutar pela cidadania, para evitar que, embora contando tão solenemente dos discursos os direitos não continuem a ser tão lamentavelmente violados na prática”.

Capítulo II

2- Referencial Metodológico

"Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata-se das formas de se fazer ciência. Cuidados, procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente para atingirmos tal finalidade, coloca-se vários caminhos."

(Demo, Apud et alli Costa, 1.996: 26)

Visando compreender, como se efetiva a inclusão das crianças com necessidades especiais, em três salas de aulas do Centro Educacional Integrado Antonio Taboza Rodrigues - CAIC, a partir de diretrizes legais, estabelecidas pela Lei nº 7.853/89, que trata da inclusão, optamos por um procedimento metodológico que favoreça a exploração e a compreensão acerca do tema.

Dessa forma, decidimos por uma pesquisa de caráter exploratório, por entendermos que nos apresentaria uma visão mais aproximada do tema, já que através da mesma poderíamos verificar como acontecia o processo de inclusão nas salas supra citadas, uma vez que as mesmas abrigam em seu quadro discente, crianças portadoras de necessidades especiais.

Objetivando ter uma aproximação teórica-prática sobre a inclusão, foi entregue a três professoras um questionário que abordava a metodologia, a formação, proposta pedagógica, a estrutura da escola e a atuação da família. Sendo, portanto, seis perguntas objetivas e duas subjetivas, que estavam direcionadas ao significado da palavra inclusão e que percepção as professoras tinham da prática desta nova proposta educativa, isso após a regulamentação da Lei nº 7.853/89.

Com as respostas dos questionários em mãos, tivemos uma aproximação, embora superficial, do que as professoras pensavam sobre a inclusão, o que possibilitou e nos direcionou na escolha de textos e materiais que pudessem trabalhar com as docentes.

Com essa meta, optamos por apresentar textos que retratavam a história da educação especial no Brasil, a legalização e normas, a diferença entre inclusão e integração, com a finalidade de esclarecer algumas dúvidas expostas pelas professoras em relação a existência e a fundamentação legal da Lei 7.853/89.

Durante os encontros também foi utilizado filmes que retratavam salas de aulas com crianças portadoras de necessidades especiais e de famílias que também tinham filhos com tais necessidades, mostrando algumas dificuldades e preconceitos que existiam na sociedade e nos próprios membros que conviviam ou trabalhavam com essas crianças.

Em cada encontro buscamos suscitar discussões e reflexões que as fizesse repensar suas práticas, que as conduzisse a ver se ocorria o processo inclusivo em suas salas, no ambiente escolar de modo geral.

Objetivando conhecer mais sobre suas posturas, opiniões, deixamos no decorrer dos encontros, espaços para que as mesmas pudessem expor suas idéias, fazer suas colocações e questionamentos. Isso nos possibilitava visualizar o perfil das professoras, quais conhecimentos tinham sobre a inclusão, quais perspectivas esperavam desse processo.

Além desses procedimentos, as professoras recebiam fichas avaliativas no decorrer dos encontros, onde constavam alguns tópicos como: o que não sabiam e passaram a saber em relação ao estudo, as dúvidas e espaços de sugestões referentes a metodologia, tempo e local. Isso no intuito de favorecer um ambiente de estudo que pudéssemos trocar os nossos conhecimentos e possibilitar um espaço aberto e interessante nas discussões do tema inclusão.

Capítulo III

3.1 – Inclusão: Um tema desconhecido.

Nesta parte do trabalho, iremos apresentar a análise do questionário, referente ao projeto “A inclusão nas escolas regulares: modificações legais e reais”. As questões foram respondidas por professoras do município de Cajazeiras que atuam no Centro Educacional Integrado Antonio Taboza Rodrigues-CAIC.

As professoras supracitadas, exercem sua função na área de educação infantil. Em suas salas de aula estão inseridas algumas crianças portadoras de necessidades especiais; especificamente a hiperatividade, problemas auditivos e dificuldades na coordenação motora.

O questionário entregue continha oito questões, sendo seis objetivas e duas subjetivas, todas direcionadas às questões relativas a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares.

Observa-se, de acordo com as respostas do questionário, que as quatro professoras entrevistadas, estão satisfeitas com a metodologia utilizada com os alunos portadores de necessidades especiais.

A falta de preparação dos professores não é motivo para renunciar à inclusão. O professor comum, sem nenhum tipo de especialização, pode cuidar de classe inclusiva. Não está capacitado? Então vamos capacitar. O material pedagógico não é adequado? Vamos adequar. (Lima, apud Sasaki, 1999: 39)

De acordo com a psicopedagoga e pedagoga, Almeida (2002), um indivíduo portador de necessidades especiais, é aquele que apresenta em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanentes ou temporários, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social.

Nesse sentido, cabe ao profissional de educação, ao lidar com indivíduos com estas características, distinguir suas necessidades e carências procurando utilizar procedimentos que atenda à diversidade apresentada em sua sala de aula.

Necessário se faz, portanto, levantar as características individuais do(a) aluno(a) e avaliar suas necessidades educacionais (diagnósticos prescritivo). Assim o professor planejará um programa adequado que especifique exatamente o tipo de trabalho a desenvolver com os alunos, seja qual for o nível de ensino que se encontre.

Pelo exposto, cabe-nos questionar: Que tipo de metodologia adota esses professores, já que a consideram satisfatória no trato dos alunos com necessidades especiais? Como se dá a inclusão dos mesmos nas atividades regulares de sala de aula? São consideradas as prerrogativas apontadas acima quanto a observância da diversidade do alunado?

Essas questões revelam nossas preocupações quanto ao tipo de trabalho desenvolvido, dadas as condições em que a escola pública se encontra, já que, até mesmo os alunos considerados "comuns" evadem de seus ambientes escolares.

Outro fator preocupante, além da evasão, refere-se ao fracasso escolar, onde geralmente a Escola adota uma postura defendida pela sociedade atual, considerada capitalista, que só visa o indivíduo que possa dar retorno, que dê lucro. Entretanto, as crianças com necessidades especiais não apresentam essas características, pelo contrário, necessita de investimentos por parte do governo para a sua integração e inclusão social. Essa ausência de investimentos, conseqüentemente contribui para o fracasso escolar, inclusive para os alunos tidos como "normais". Evidentemente, o quadro se agrava para as crianças portadoras de necessidades especiais.

No entanto, para lidar com essa problemática se requer uma formação qualificada por parte dos profissionais da área educacional. Nesse ponto abordado no questionário todas as professoras demonstravam satisfação quanto a contribuição que a sua formação profissional proporciona para o seu desempenho na sala de aula.

A formação profissional do professor é tema recorrente entre diversos estudiosos da área educacional. Entre eles podemos citar Paulo Freire (1998), Luckesi (1997), Mendes (1999), etc. Esses autores geralmente enfatizam que os professores devem buscar atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e características do desenvolvimento do educando.

Essa capacitação deverá ser adquirida em curso de licenciatura de graduação plena. Porém, Matos (2002), assinala que esses cursos não suprimem as expectativas de atuação dos profissionais em educação. Para ele é necessário que exista uma formação continuada, para que se efetive um ensino adequado às inúmeras realidades na educação.

Segundo Imbernón (2000;14), "a profissão de professor ou educador, hoje, exerce outras funções: motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais, com a comunidade. E é claro que tudo isso requer uma nova formação inicial e permanente."

Nesse sentido, a formação continuada, ou permanente, irá possibilitar mudanças educacionais, bem como ampliará a visão de procedimentos e posturas mediante as inevitáveis situações conflitantes no âmbito educativo. Enfim, essa capacitação auxiliará na escolha do procedimento mais adequado em sala de aula, inclusive nos casos de crianças portadoras de necessidades especiais, embora saibamos que essa é uma preocupação recente. Sua difusão ainda requer maior interesse por parte dos governantes e profissionais da educação.

Outro ponto, tido como satisfatório pelas professoras está relacionada a orientação pedagógica dada pela escola e a estrutura física da instituição onde trabalham. As mesmas afirmam que a escola está voltada para a inclusão, bem como a estrutura física da mesma é favorável ao desenvolvimento dos educandos portadores de necessidades especiais.

Uma escola que atende crianças portadoras de necessidades especiais precisa ter um currículo e material didático igual da escola regular, mas devidamente adaptado visando a integração institucional e social do portador de necessidade na classe comum.

A estrutura da escola também deve ser adaptada, pois é nesse espaço que irá desenvolver e acolher as aptidões de cada aluno(a) nela inserido(a). Para que ocorra uma adaptação tem que existir alguns requisitos, como fácil acesso a todos os ambientes, salas que apresentem condições necessárias ao desenvolvimento de programas específicos para o atendimento do aluno(a) portador(a) de necessidades especiais.

Em relação à atuação familiar junto a escola, foi notificado que as docentes estão insatisfeitas com a participação dos membros da família no âmbito escolar. Isso é um fator preocupante, pois sabemos da importância da aceitação dos pais em relação às dificuldades no desenvolvimento educacional dos seus filhos, bem como a necessidade do

acompanhamento e estímulo por parte dos familiares na superação do preconceito social e das limitações das crianças.

Esse aspecto é bastante enfatizado, na declaração de Salamanca, nos art. 60 e 61 que dizem:

Os pais são os principais associados no tocante as necessidades educativas especiais dos seus filhos, e a eles deveria competir na medida do possível a escolha do tipo de educação que desejam sejam dadas a seus filhos' (Santos, 1999:75 e 76).

Nesse sentido, percebemos que a família, devido a falta de informação, tem tido pouca participação na escola, pois ao invés de acompanhar seus filhos na superação de dificuldades, prefere deixá-los fora da escola, ou a cargo dos professores.

Há portanto, "vergonha" e o medo de alguns pais de expor seus filhos perante a sociedade. Outra dificuldade no trato com as crianças com necessidades especiais refere-se a negligência de alguns Estados em atender essas crianças numa escola regular, apesar do direito à educação de pessoas portadoras de necessidades especiais, ou seja portadoras de deficiência, de desvio de conduta, de condutas típicas ou de altas habilidades esteja garantida na Constituição Brasileira, segundo o artigo 8 da Lei Federal 7.853 de 24/10/89.

O percentual de crianças, jovens e adultos atendidos no sistema educacional é insuficiente face a enorme demanda. No caso do Brasil, segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde cerca de 10% da população porta algum tipo de deficiência. Destes menos de 3% estão recebendo algum tipo de atendimento.

Como vemos, trata-se de índice inaceitável, principalmente, diante das inovações defendida na LDB (lei nº 9.394/96), que trata exclusivamente no capítulo V da educação especial, garantindo a matrícula aos portadores de necessidades especiais de preferência na Escola Regular (art. 58), tendo inclusive também como dever do poder público a ampliação no atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede de ensino (art. 60, parágrafo único).

Um ensino sem discriminação, com ética e equidade, entretanto, deve ocorrer não somente às crianças com necessidades especiais, mas a todas as crianças.

Em relação à proposta pedagógica desenvolvida na creche Antonio Taboza Rodrigues, as entrevistadas responderam de forma diferenciada. Uma das professoras diz

estar satisfeita com a proposta da escola. As demais, entretanto, consideram essa proposta insatisfatória.

Segundo estudos, LDB (1996), PCN's (1997), a proposta pedagógica da escola deve visar uma educação acessível e de qualidade para todos, que tenha como foro central a inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais, no meio social, tornando-as capacitadas para o mercado.

Pela insatisfação exposta pelas professoras, cabe a essa escola, portanto, rever os princípios que regem sua prática educativa, tendo em vista a diversidade que atende, suas necessidades pedagógicas e sociais.

As últimas duas questões do questionário que são subjetivas, abordam o significado da educação inclusiva e a prática desta a partir da Lei 7.853/89, ou seja, que mudanças (estrutura física, pedagógica,...) ocorreram, após a implantação da lei.

Todas as professoras dizem serem conhecedoras do termo "Educação Inclusiva", apresentando as seguintes definições:

"Uma educação que inclua nos seus projetos, prioridades e capacitação aos educadores para melhor desempenho no trabalho em sala de aula, com crianças de necessidades especiais."

(professora A)

"É a integração do aluno com necessidades especiais nas classes comuns."

(professora B)

"É a educação que procura incluir alunos normais e alunos com necessidades especiais."

(professora C)

Há coerência na resposta da professora A, ao citar a importância da capacitação dos educadores, para melhor desempenho em sala de aula, com crianças portadoras de necessidades especiais. No entanto a mesma não especificou o que seria a educação inclusiva e como acontece essa inclusão.

Já a professora B, ficou bastante distante do fator inclusão, ao pronunciar o termo integração. Existe uma diferença entre incluir e integrar. Segundo estudos acerca da integração e a inclusão, a primeira permite o acesso dos portadores de necessidades especiais na escola, cabendo aos mesmos se adaptarem ao meio, no entanto, a inclusão favorece o acesso e possibilita meios de trabalhar essas necessidades dessas crianças, buscando capacitá-las a superar seus conflitos e a enfrentar suas dificuldades, assim como as demais crianças inseridas no processo escolar.

Nas respostas apresentadas, as professoras expõem diferentes pontos de vista quanto a problemática em destaque. Percebemos que há ausência de um maior aprofundamento acerca do conceito de inclusão, na medida em que as professoras, ora não o especifica, ora o confunde com integração.

Enfim, na última resposta a professora C diz que tanto os alunos especiais como os alunos tidos como comuns, visam na educação os mesmos objetivos sugerindo que essas crianças tenham a mesma qualidade de educação.

Nesse ponto apresentamos o seguinte questionamento: É possível definir os mesmos objetivos para todos os alunos? É preciso considerar que os alunos portadores de necessidades especiais, além de necessitar de uma educação de qualidade, assim como os demais alunos precisam receber apoio por parte da sociedade, em oferecer espaço, para inclui-los ao meio social.

Na questão que trata da prática da lei, as respostas apresentaram pontos de vista diferenciados. Uma das professoras disse que na escola a prática é pouco satisfatória e não atende a todos de forma abrangente, pois, precisaria de mais atenção e material humano.

As demais professoras entrevistadas, vêem o papel do professor como facilitador desta inclusão, sendo nesse sentido a pessoa mais indicada para incluir os alunos no espaço escolar, deixando evidente que o mesmo possui a responsabilidade maior no processo de inclusão. Entretanto diz que falta auxílio por parte dos outros setores da escola. Elas assim se expressam:

A escola onde trabalho, esta inclusão acontece aleatoriamente, não há uma proposta de trabalho específica para esses casos. Nós professoras é que procuramos fazer o possível para atende-los satisfatoriamente.

(Professora X)

Por parte de nós professoras, o atendimento é efetivo, sempre buscando integrá-los a vida social, a socialização com os colegas.

(Professora Y)

Esses pontos apresentados pelas professoras apontam divergências em relação à prática da lei, já que não existe uma proposta da escola para os casos de crianças portadoras de necessidades especiais, sendo o trabalho realizado pelas professoras se efetivarem de forma isolada. Podemos então dizer que existe a prática da inclusão nessa escola? Sabemos da importância da postura do professor no processo de inclusão, mas também sabemos que sozinhos fica difícil vivenciar essa prática.

No aspecto apontado acima, podemos apresentar uma contradição entre a fala das professoras e as suas respostas objetivas. Nessas, as mesmas afirmavam estar satisfeitas com a orientação dada pela escola no trato com as crianças com necessidades especiais, porém suas falas evidenciam que as mesmas estão buscando fazer um trabalho inclusivo sozinhas já que não tem a referida orientação pedagógica.

A inclusão vai além do esforço das professoras. Todo ambiente escolar, funcionários, setor administrativo, direção, estrutura física da escola devem estar direcionadas para o desenvolvimento integral das crianças portadoras de necessidades especiais. Nesse sentido Celso Oliveira (2000) diz que:

A escola, enquanto agente que educa crianças, jovens, adultos e idosos precisa oferecer oportunidades para este tipo mais abrangente de formação de cidadãos.

Mais do que isso, a escola precisa oferecer oportunidades de desenvolvimento de comportamentos e atitudes baseados na diversidade humana e nas diferenças individuais dos seus alunos.

(file:///A:/Escola Inclusiva - por Celso Oliveira; p.22)

3.2 - Estudos sobre a inclusão na Escola regular

Os encontros para estudos sobre o tema "A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais nas escolas regulares e a prática docente: modificações legais e reais" aconteceram com três professoras que atuam no Centro Educacional Antonio Taboza Rodrigues - CAIC, embora o questionário tenha sido respondido por quatro docentes dessa instituição.

Foram realizados sete encontros com a duração de quatro horas, embora o último, que tinha como objetivo central a visita em uma escola Especial, não foi possível ser realizado, pois a diretora da instituição na qual as professoras trabalham considerou impossível a ausência das professoras da Escola, já que faltavam professores substitutos para assumirem suas funções.

Os estudos ocorreram em dois ambientes, a Biblioteca Pública Municipal, e, quando necessário o uso e recursos áudio visuais, o colégio Nossa Senhora de Lourdes.

No primeiro encontro, estávamos todas ansiosas e ao mesmo tempo tímidas em aprofundar a temática da inclusão.

No entanto, ao trabalharmos sobre a trajetória histórica da inclusão no Brasil, a curiosidade foi sendo despertada e logo surgiram as perguntas, revelando interesse, embora as professoras já tivessem demonstrado esse interesse ao se dispor a participar dos estudos, abrindo mão de suas horas de folga, que eram durante uma tarde por semana.

Nesse referido estudo, as professoras, durante suas falas, deixaram claro que não conheciam a trajetória da inclusão no Brasil, bem como que existiam leis que defendiam o acesso de crianças portadoras de necessidades especiais na escola regular.

No nosso segundo encontro, as professoras demonstraram que gostariam de ler a respeito do tema "inclusão". O foco dos nossos estudos, neste dia veio esclarecer sobre o tema, pois a pauta tratava-se das diferenças entre inclusão e a integração. No decorrer das discussões, diziam que era difícil incluir as crianças, pois suas salas de aula apresentavam um diversidade de problemas: crianças vinham de ambientes pobres e de miséria, "pais desajustados", crianças nervosas e agitadas. Dessa forma, tinham dificuldades em fazer um trabalho de inclusão em meio a tantos obstáculos.

No decorrer dos estudos foi observado também que as professoras necessitavam de um conhecimento mais profundo sobre o significado da inclusão, pois as mesmas relatavam em suas palavras que "inclusão era a permissão de aceitar em sua sala crianças com necessidades especiais, mesmo que nenhum trabalho fosse desenvolvido."

Outra fala bastante reveladora sobre o processo de inclusão diz respeito a definição das deficiências, deixando transparecer uma descrença na capacidade dos alunos em vencer seus limites. Uma das professoras fez a seguinte colocação.

"Apesar de todo trabalho, da luta, quando essas crianças saírem da sala de aula, jamais serão reconhecidas como ser social, capaz, mas como doído."

(professora A)

Além da descrença na potencialidade dos alunos percebemos que a professora somou todas as deficiências se dirigindo, apenas a deficiência mental, ocultando as demais como: auditiva, visual motora e etc.

Deixa evidente, também nessa fala, que o exercício da docência, para essa professora exige muito esforço para trabalhar a inclusão, e, finalmente percebemos que a professora A, defende um discurso fatalístico em relação à inclusão social dos portadores de necessidades especiais, denominando-os como incapazes de se inserir no mundo do trabalho.

Segundo Paulo Freire, no livro Pedagogia da Autonomia, o educador e a educadora tem que se reconhecer como uma pessoa que favoreça ao seu aluno a credibilidade de superar obstáculos e acima de tudo esse educador e essa educadora tem que trabalhar na linha da esperança, ao invés de recorrer ao discurso que a "realidade é assim mesmo."

Apesar de revelarem conhecimento pouco aprofundado acerca da temática, as professoras demonstravam curiosidade e interesse em conhecer os procedimentos para a inclusão, a legalização das leis e Normas, especialmente os procedimentos utilizados na prática do professor em sala de aula, bem como a necessidade de um acompanhamento mais efetivo por parte da coordenação pedagógica.

Foi observado também que, ao trabalharmos sobre "formação", as professoras diziam que necessitavam de estudos, esclarecimentos e de qualificação, pois sentiam-se como responsáveis diretas pelo desenvolvimento ou fracasso desses alunos.

Tantas eram suas preocupações que as referidas professoras buscavam sanar algumas dúvidas tais como:

As minhas dúvidas estão relacionadas ao "como" fazer, ou seja, a metodologia a ser utilizada mediante aos poucos recursos que dispomos. Como construir um planejamento que atenda as necessidades de uma escola inclusiva?

Diante dessa fala fica evidenciado o interesse que as professoras têm em atender as necessidades dos alunos, evidenciando também angústia com o planejamento que realiza. Por outro lado, anseiam que o mesmo as auxilie na sua prática pedagógica em sala de aula.

Os defensores do processo de inclusão, e da necessidade do respeito ao próximo, apontam que a inclusão não requer nenhum tipo de preparação especial do professor. Precisa ter disposição, boa vontade e determinação para romper conceitos antigos. Defendem porém, que seja necessária a capacitação para buscar vencer dificuldades que surgem no cotidiano na prática escolar.

Nas colocações apresentadas no decorrer dos encontros, transparece a falta de recursos direcionados ao atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais. Sabemos, contudo, que esses descasos também estão presentes na nossa sociedade, que favorece apenas uma integração, ou seja, espaços que permitem o acesso sem oferecer condições de desenvolvimento e atuação aos portadores de necessidades especiais.

Diante do exposto, fica evidente que a escola está distante de atender as necessidades desses alunos, que falta uma ação prática, uma adequação qualificada, uma política social mais ativa e eficaz, pois talvez a escola ao invés de incluir está excluindo esses alunos, ou deixando-os à margem da sociedade, por outro lado, as professoras precisam de qualificação e conhecimentos que auxiliem seus trabalhos na sala.

Entretanto, em meio a tantos problemas a vencer, reconhecemos que esse tema está se tomando cada vez mais atuante e conseqüentemente favorecendo um interesse mais efetivo em conhecer e vivenciar a inclusão.

Capítulo IV

4 - Considerações Finais

Fazemos parte da grande maioria de profissionais da educação e como sendo parte desse processo educativo convivemos dia-a-dia com realidades diversas. No desejo incontido de fazermos sempre o melhor para os nossos alunos é que partimos em busca de conhecimentos. E esses conhecimentos muitas vezes leva-nos a determinadas interrogações acerca da nossa formação profissional política-pedagógica, e também em relação a Escola como meio de oferecer uma educação pautada nos princípios da cidadania e igualdade para todos.

Será que a Escola realmente está preparada para essa educação igualitária e porque não dizer educação inclusiva, já que segundo estatística da UNESCO 10% da população brasileira é portadora de alguma necessidade especial.

Foi objetivando conhecer de forma mais profunda o processo inclusivo, o que reza a Lei 7.853/89, a obrigatoriedade da tal lei e o que realmente acontece no dia-a-dia escolar relativo a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais nas escolas regulares é que nos propomos a desenvolver nossos estudos.

Atualmente no Brasil a cada instante somos bombardeados com informações acerca da inclusão. O governo federal, promove programações envolvendo o tema com intuito de se fazer cumprir a lei. Além disso já podemos contar com livros, artigos e até mesmo conferências voltadas para o assunto. Porém, faz-se necessário atentarmos para fatos mais específicos referente a inclusão propriamente dita dentro da escola, ou melhor, qual o verdadeiro papel da escola? Será que o sistema escolar tem condições de ir além da matrícula de crianças portadoras de necessidades especiais? E os professores? Será que a formação prática-pedagógica subsidia o trabalho com tais crianças?

Esse trabalho foi de suma importância pois veio nos colocar diante da problemática na sua forma prática. A cada encontro com as professoras íamos buscando descobrir a verdade sobre a obrigatoriedade da Lei e a prática da mesma, como também o conceito do termo inclusão. Isso para nós foi de grande relevância, visto que no desenrolar dos estudos, foram feitas reflexões dando-nos a concluir que existe uma distância muito grande entre a

obrigatoriedade e a prática da Lei 7.853/89. Ainda falta muito para que possamos dizer que nossas escolas estão realmente preparadas para acolher as crianças portadoras de necessidades especiais; a formação política-pedagógica dos nossos profissionais precisa ser repensada. A estrutura educacional brasileira e a sociedade como um todo, precisa validar o processo inclusivo de crianças especiais nas escolas regulares.

Por fim acreditamos que esse trabalho foi de grande valia, tanto para nós, como para todas as professoras envolvidas. Sem a pretensão de querer mudar o sistema, o que se torna um tanto quanto difícil, esses estudos nos fizeram refletir e nos impulsionou a conhecer e a oferecer em nosso meio oportunidades, mesmo que sejam apenas na sala de aula, de uma prática de inclusão.

Capítulo V

6-Referências Bibliográficas

AINSCOW, M; PORTER, G; WANG, M. *Caminhos para a Escola Inclusiva*. 2002

Associação Terapêutica Educacional Para Crianças Autistas. *Considerações Técnicas Sobre o Atendimento Psicopedagógico*, Brasília - 1994.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial, Educação Especial *Um direito assegurado*. Livro 1 MEC. Brasília, 1994.

CANZIANI, Maria de Lourdes. *Escola para todos: 2ª ed.* Brasília: Corde, 1994.

COSTA, Ana Rita Firmino. Et ali. *Orientações Metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos*. Maceió, 1996.

DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza, Ceará – Domingo, 22 de Setembro de 2002.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (14/08/2001) nº 2/02/2001.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. 11º Ed.; São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Instituto de Inovação Educacional Ministério da Educação (1999).

IMBERNÓN, Francisco. *Formação Docente e Profissional: Formar –se para a mudança e a incerteza*. São Paulo- Cortez: 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez, 1997.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Et. ali. *Pesquisa Social*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Celso. *Integração ou Separação? Escola Inclusiva*. Pág. VV. File: // A: 2001. *Promoção da Educação Inclusiva- Instituto de Inovação Educacional-2002.*

ONRUBIA, J. Pátio. Ano 3. Nº 12-2000.

Revista Educação: Ano 16-nº 224 – 12/1999. Editora Segmento.

Revista Integração: Ano 12 – Nº 23/2001. Editora PauBrasil

SANTOS, Antonio Rainundo dos. *Metodologia Científica: A construção do conhecimento* – 3ª edição. Rio de Janeiro:2000.

SALTO, para o Futuro: *Educação Especial: Tendências Atuais*/ Secretaria da Educação a Distância Brasília: Ministério da Educação, SEED,1999.

ANEXOS

Temas trabalhados

1º Encontro: A História da Educação Especial no Brasil.

Legislação e Normas.

2º Encontro: Inclusão ou Integração.

3º Encontro: Educação Especial e Inclusão.

4º Encontro: Educação inclusiva: Um processo e um desafio.

Educação: Contribuição da prática de professores e alunos.

5º Encontro: Filme: “Meu filho é um autista”.

6º Encontro: Visita a uma escola especial.

7º Encontro: Relatório sobre a visita.

8º Encontro: Discussão de alguns pontos citados nos relatórios.

QUESTIONÁRIO

1. A metodologia que você utiliza para integrar os alunos com necessidades especiais na sala de aula é:

- muito satisfatória
- satisfatória
- pouco satisfatória
- insatisfatória

2. A sua formação inicial contribui de forma:

- muito satisfatória
- satisfatória
- pouco satisfatória
- insatisfatória

3. A orientação pedagógica da sua escola contribui para sua prática de forma:

- muito satisfatória
- satisfatória
- pouco satisfatória
- insatisfatória

4. A proposta pedagógica define ações para a questão da inclusão...

- muito satisfatória
- satisfatória
- pouco satisfatória
- insatisfatória

5. A estrutura física da escola em que você trabalha com crianças portadoras de necessidades especiais é:

- muito satisfatória
- satisfatória
- pouco satisfatória
- insatisfatória

6. A atuação da família junto a escola é:

- muito satisfatória
- satisfatória
- pouco satisfatória
- insatisfatória

7. Para você o que significa educação inclusiva?

8. Como você vê a prática da inclusão dentro de sua escola após a regulamentação da Lei 7.853/89?

FICHA DE AVALIAÇÃO

NOME: _____

ESTAGIÁRIAS: _____

LOCAL DO ESTÁGIO: _____

TEMA DO DIA: _____

ELENQUE:

- O que você não sabia e passou a saber com relação ao estudo

Dúvidas que permanecem em relação ao tema

SUGESTÕES:

Tema (O que gostaria de discutir/estudar)

Metodologia

Tempo

Local

